Daniel Melo*

*Análise Social,* vol. XL (174), 2005, 65-86

# As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987)**

Neste texto analisa-se o contributo da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) para a leitura pública em Portugal, mais precisamente a política sectorial desenvolvida pelo Serviço de Bibliotecas Itinerantes (SBI)/Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas (SBIF)/Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura (SBAL)[1]. Pretende-se comprovar que a acção da Gulbenkian foi fundamental para a consagração da leitura pública até à assunção pelo Estado de uma «rede de bibliotecas municipais», em 1987.

No contexto de uma ditadura obscurantista como a do Estado Novo, avessa à democratização cultural, não foi por acaso que um projecto consistente de leitura pública teve de aguardar pela iniciativa de uma instituição da sociedade civil para emergir. Também não foi por acaso que a instituição proponente foi a FCG, pois, a par da Acção Católica Portuguesa, era a única que detinha um grau de autonomia suficiente para subsistir num quadro de censura e de vigilância política oficiais.

## DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE LEITURA PÚBLICA DA FCG

A FCG, criada pelo testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian de 18-6--1953, foi oficialmente instituída pelo Decreto-Lei n.º 40 690 (de 18-7-1956).

---

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este artigo é uma versão revista e resumida de parte do capítulo 8 da minha tese de doutoramento (v. Melo, 2002), entretanto editada em livro. Agradeço o apoio da FCT, sob a forma de bolsa de pós-doutoramento.

[1] A leitura pública é aqui entendida como a leitura enquadrada pelas bibliotecas públicas, por sua vez definidas como aquelas instituições modernas que fornecem leitura gratuita para todos, empréstimo domiciliário e livre acesso às estantes (a este propósito, v. Moura, 1986, ou Carrión Gútiez, 1993, p. 30). Para o seu historial, v., por exemplo, Traniello (1997).

Entre meados de 1956 e meados de 1958 elaborou-se e instaurou-se a estrutura orgânica interna, com cinco grandes sectores, dando conta de outras tantas incumbências: beneficência, artes, educação, ciência e apoio ao Médio Oriente e às comunidades arménias (pois o testador tinha origem arménia) (cf. FCG, imp. 1961). No Departamento da Educação foram contemplados dois serviços: o Serviço de Bolsas de Estudo e o SBI. Este último serviço, redenominado SBIF em 1983 e SBAL em 1993, esteve activo desde 1957 a 2002, data em que foi extinto por decisão do conselho de administração (CA) da FCG (em reunião de 19-12 desse ano) (cf. Coelho, 2003).

O SBI foi dirigido por Branquinho da Fonseca desde a sua criação, em 1957, até à morte deste, em 1974[2]. Logo no início da sua actividade, o director do SBI apresentou ao CA-FCG um projecto detalhado para uma estrutura de bibliotecas itinerantes, antecedido pelo relato da experiência da unidade itinerante da Biblioteca Municipal de Cascais, criada em 26-7-1953 e por si dirigida até então (cf. [Fonseca], s. d.).

Este projecto contém já as traves mestras do projecto biblioteconómico do SBI. Em primeiro lugar, destaca o papel das bibliotecas no desenvolvimento de uma «verdadeira cultura e de uma segura educação», promovendo o «gosto por uma convivencia espiritual que retempere a inteligencia e desperte a compreensão» (id., *ibid.,* fl. 2). Não se trata apenas da «leitura pela leitura», mas de uma leitura formativa e reflexiva. Em segundo lugar, advoga o princípio da itinerância e da procura do leitor pelas bibliotecas, aduzindo três razões: por ignorância dos potenciais interessados quanto ao «proveito que delas podem tirar», pela sua impossibilidade laboral e pela sua impossibilidade geográfica. Daqui resulta que a biblioteca só despertaria interesse caso fosse de qualidade tanto na leitura que fornecia como na atitude que tomava face ao seu público: «Uma biblioteca não pode ter uma atitude passiva. E só se justifica no grau em que exerça uma missão superior.» Em suma, as «bibliotecas de emprestimo e as itinerantes» desempenhavam uma função eminentemente civilizacional, não sendo, por isso, de estranhar que tivessem então «larga difusão em todos os paises civilisados». O projecto de Branquinho da Fonseca centrava-se nas bibliotecas itinerantes e não previa as unidades fixas, chegando a desvalorizá-las, ainda que indirectamente: «Tendo como característica especial a mobilidade, daí resulta um perfeito contacto e uma expansão que as bibliotecas fixas não podem alcançar» (id., *ibid.,* fl. 3).

O projecto bibliotecário proposto (id., *ibid.,* fls. 3-8) incorporava os princípios básicos da leitura pública moderna (o serviço gratuito para todos, o empréstimo domiciliário e o livre acesso às estantes) e aditava outros que

[2] Cf. [FCG], 1994, p. 9, e acta n.º 12/74 da reunião de 20-2-1974 do CA-FCG, fl. [1], Arquivo Histórico Municipal de Cascais [AHMC], espólio documental de Branquinho da Fonseca, proc. 298.

viriam a definir no essencial o serviço bibliotecário do SBI: a tripla finalidade educativa, cultural e recreativa (embora esta última como cedência face à filosofia de um serviço formativo e reflexivo); a aposta numa biblioteca generalista, ou de «cultura geral» (embora atenta a eventuais necessidades particulares mais instantes de cada comunidade, sobretudo escolares); a prescrição de um único depósito, e centralizado (apesar das hesitações patentes nas referências a «depósitos regionais») (v. alínea 12); a ênfase na procura do leitor, donde a generalização da oferta (daí a atenção dada à itinerância); a preocupação com a satisfação do leitor, exigindo um conhecimento e um atendimento mais cuidadoso (note-se o contraste com a atitude tradicional do bibliotecário português) (v. Melo, 2002, cap. 3); a salvaguarda da pluralidade da oferta, segundo três segmentos etários distintos (infância, adolescência e maioridade) e prevendo um núcleo básico disciplinar variado, assente na combinação de conteúdos humanistas, artísticos e aplicados (secções de história, literatura, belas-artes, educação, biografias, ciências, agricultura, artes e ofícios); a selecção livresca por um grupo definido vagamente («pessoas cultas e de perfeita idoneidade moral»); a prescrição de uma secção de livros denominada «Biblioteca do Estudante» (para empréstimo de «livros complementares de estudo»); a defesa implícita de uma via de colaboração com o poder municipal na dinamização das bibliotecas itinerantes da FCG e a existência de um serviço de inspecção centralizado. Quanto à modalidade itinerante em concreto, refira-se ainda o período relativamente dilatado de empréstimo livreiro, a regularidade e predeterminação do horário e local das visitas e a possibilidade de solicitar livros não presentes no acervo.

Retomando a questão da articulação entre a FCG e os municípios, já no projecto matriz estava bem definido o tipo de contrapartidas exigidas a ambas as entidades. Basicamente, a FCG fornecia o material livreiro básico e o «bibliocarro», enquanto o município tratava do pagamento do pessoal, das actualizações livreiras, do combustível e da conservação (id., *ibid.* fl. 10). Esta posição foi mais tarde revista, certamente por se ter revelado demasiado exigente e pouco compreensiva: ao fim e ao cabo, a Gulbenkian desafiava a outra parte com uma ideia inicialmente interessante, mas, logo de seguida, lançava os encargos mais pesados para a outra parte e esperava que esta se desenvencilhasse por si só. Era pouco realista, sobretudo atendendo à situação do poder local naquela altura. Ressalve-se, porém, que já no projecto se previa a hipótese de abrir excepções para «alguns concelhos ou regiões», que ficariam «exclusivamente a cargo» da FCG.

O inquérito às câmaras municipais do continente lançado pelo SBI por esta altura é um bom comprovativo desta asserção: 83 dos 142 municípios com resposta escrita (quase 59%) informavam não terem qualquer verba ou estarem sem possibilidades financeiras para comparticiparem nas despesas com uma biblioteca itinerante, independentemente do eventual interesse na iniciativa

da FCG[3]. Tal não era sinónimo de desinteresse, pois 65 dos 156 municípios documentados tinham interesse numa biblioteca municipal itinerante, ao contrário de outros 8, além de outros tantos que solicitaram apoio para o seu projecto de biblioteca fixa. A própria argumentação usada pelos autarcas era bem elucidativa; veja-se o exemplo da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos:

> Embora este Municipio […] não ofereça grandes possibilidades de comparticipação na execução de tão meritória como plausivel iniciativa […] esperamos que não fique este Concelho à margem da sua protecção, pois é exactamente em meios como este, de minguados recursos [900 contos de receita ordinária], onde obras de tal natureza podem obter maiores rendimentos e atingem com maior eficiência o seu superior objectivo[4].

Além disso, o próprio formulário do inquérito não revelava uma orientação inequívoca quanto à articulação entre a FCG e o poder municipal: «No caso dessa Câmara Municipal estar interessada na criação de um serviço deste género [biblioteca itinerante], e porque esta Fundação poderá, eventualmente, vir a dar assistência técnica e financeira, ou apenas uma das coisas, aos municípios que disso necessitem[5].» Ainda assim, havia interesse em saber que apoio estava o interlocutor disposto a conceder (em escudos e por itens) *(ibid.)*.

Após este processo de avaliação do tipo de acordo a estabelecer vingou um modelo mais favorável aos municípios, que implicava um maior esforço da FCG: esta custeava o grosso do material (livros, impressos e veículos), os serviços de inspecção e os funcionários, enquanto os municípios se responsabilizavam pelas instalações para os depósitos das unidades itinerantes e, eventualmente, concediam alguma verba.

Às características do serviço bibliotecário da FCG acima descritas viriam mais tarde a acrescer as seguintes: a combinação de unidades itinerantes e fixas (bem como a possibilidade de pólos de leitura, previstos inicialmente como «pequenos depósitos» e mais tarde designados por «postos de leitura», e a existência de uma Biblioteca Central de Empréstimo — BCE, para facultar novas obras ou mais dispendiosas); a estrutura nacional metropolitana e

---

[3] Cálculos pessoais com base no documento «Inquérito às Câmaras Municipais[.] Respostas à circular n.º 1», no Arquivo Histórico do SBAL-FCG, cx. «Correspondencia[/]Camaras Municipais[/]Inquerito Inicial», 1957-1960. O inquérito não foi enviado aos municípios de Lisboa, Viseu, Bragança, Braga, Vila Real, Figueira da Foz, Castelo Branco, Covilhã, Leiria, Setúbal, Faro, Évora e aos metropolitanos insulares. Donde só 106 dos 304 concelhos metropolitanos então existentes não responderam (por escrito ou, eventualmente, por telefone) ao inquérito, uma vez que 42 foram previamente excluídos por decisão da própria FCG. Doravante, as remissões a documentos de arquivo sem identificação do respectivo arquivo respeitam ao Arquivo Histórico do SBAL-FCG.

[4] Cf. ofício n.º 1113/28 desta câmara, de 24-10-1957, fl. 2 (também fl. 1), cx. «Correspondencia[/]Camaras Municipais[/]Inquerito Inicial», 1957-1960.

[5] Cf. «Circular n.º 1» (de 1-8-1957) da FCG, fl. [1], *ibid*.

baseada no município (embora esta matriz já estivesse implícita desde o início); a oferta diversificada de novos autores e de novas obras. Além disso, consagrou-se um sistema bibliotecário próprio, com a inversão do nexo biblioteconómico (ao basear-se originalmente a estrutura em unidades itinerantes, em vez das fixas) e sem ligação à organização técnico-científica corrente (tanto quanto à classificação e organização dos livros e tipo de cotas como à informação recolhida sobre os leitores e ao perfil do pessoal bibliotecário)[6]. Este último não tinha de possuir formação específica, apenas necessitando de ser alfabetizado, de evidenciar alguma cultura geral, gosto pelo livro e predisposição para o contacto com o público[7]. Também graças a este perfil, entre os «encarregados de bibliotecas», como se designavam no SBI/SBIF/SBAL, surgiu um grande número de intelectuais reconhecidos, tendo-se destacado os ligados ao movimento surrealista (António José Fort, Alexandre O'Neill, Herberto Hélder, Máximo Lisboa, etc.).

Em termos genéricos, cabe ainda mencionar dois aspectos: em primeiro lugar, a articulação entre a FCG e os municípios sofreu algumas alterações; em segundo lugar, esta mesma articulação, embora se tenha acentuado com a criação das bibliotecas fixas, não foi a única modalidade de cooperação existente, pois o associativismo cultural independente também serviu de interlocutor, em alguns casos assumindo o mesmo tipo de encargos dos municípios (inclusivamente, quanto às bibliotecas fixas).

A instalação de bibliotecas fixas pela FCG, processo que se iniciou em 1960, impôs um novo modelo de financiamento do projecto. Mantinha-se em vigor o modelo para as bibliotecas itinerantes, complementado com um novo para as unidades fixas: neste caso, a FCG custeava grande parte do material (sobretudo os livros, mas também impressos e mobiliário) e os serviços de inspecção, enquanto os municípios se responsabilizavam pelas instalações (renda ou consignação de edifício público, despesas com aquecimento, electricidade, saneamento, água, limpeza, conservação, etc.) e pelo pagamento dos funcionários (v. g., unidade de Ourém[8]). Debalde, a FCG assumiu algumas despesas com o pessoal das unidades fixas, embora a título excepcional e apenas em alguns casos da fase inicial. A inflexão para uma posição mais rígida parece datar de 1973, mas mesmo assim admitia excepções quando o município em apreço era claramente desfavorecido: «No caso específico de Porto Santo, e atendendo ao reduzido montante do orçamento municipal[,]

---

[6] Cf. Escolar Sobrino (1990), pp. 475-476 e 548, Carrión Gútiez (1993), pp. 486-490, e Gomes (1990 e 1992).

[7] A partir dos anos 80, pelo menos, a FCG passou a exigir como habilitações mínimas para os encarregados das unidades fixas o 11.º ano de escolaridade ou o curso de técnico auxiliar BAD ou equivalente (cf. «Protocolo de acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém e a Fundação Calouste Gulbenkian relativo à Biblioteca Fixa n.º 1», 28-12-1984, fl. 2 [«Bibliotecas Fixas e Itinerantes/Correspondencia»]).

[8] Cf. ofício n.º 116/75/BF (4-3-1975) da [FCG], fl. [1].

**Bibliotecas da FCG instaladas em «colectividades» e em entidades não municipais**

[QUADRO N.º 1]

| Número | Ano | Localidade | Distrito | Entidade responsável |
|---|---|---|---|---|
| 2 | 1960 | Samora Correia | Santarém | Sociedade Filarmónica União Samorense |
| 6 | 1960 | Lagos | Faro | Junta de Turismo de Lagos e Câmara Municipal de Lagos** |
| 9 | 1960 | Fuseta | Faro | Junta de Freguesia da Fuseta* |
| 10 | 1960 | Silves | Faro | Liga dos Amigos [de Silves] e Câmara Municipal de Silves** |
| 12 | 1960 | Aveiro | Aveiro | Cadeia Prisional de Aveiro* |
| 14 | 1960 | Figueira da Foz | Coimbra | Ginásio Clube Figueirense |
| 15 | 1960 | Mortágua | Viseu | Cine-Clube [de Mortágua] |
| 18 | 1960 | Grândola | Setúbal | Fundação António Inácio da Cruz*** |
| 19 | 1962 | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Associação Patriótica Nun'Álvares |
| 21 | 1960 | Pinheiro da Cruz | Setúbal | Colónia Penal de Pinheiro da Cruz* |
| 22 | 1961 | Póvoa de Santa Iria | Lisboa | Cartório Paroquial da Póvoa de Santa Iria*** |
| 25 | 1962 | Pombal | Leiria | Associação Humanitária dos Bombeiros [de Pombal] |
| 26 | 1961 | Bustos (Oliveira do Bairro) | Aveiro | Comissão de Melhoramentos [de Bustos] |
| 27 | 1961 | Lisboa | Lisboa | Penitenciária de Lisboa e Sociedade de S. Vicente de Paula*** |
| 28 | 1961 | Lisboa | Lisboa | Cadeia Central de Lisboa (Linhó)* |
| 33 | 1961 | Santarém | Santarém | Cine-Clube de Santarém |
| 35 | 1961 | V. Praia de Âncora | Viana do Castelo | Orfeão [de Vila Praia de Âncora] |
| 36 | 1961 | Areosa | Viana do Castelo | Padre Manuel Correia Quintas*** |
| 37 | 1962 | Azambuja | Lisboa | Padre Manuel Gomes Soares*** |
| 44 | 1962 | Reguengos de Monsaraz | Évora | Escola primária(?) e Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz* |
| 45 | 1962 | Coruche | Santarém | Padre António Braga Simões e escoteiros*** |
| 46 | 1964 | Parede | Lisboa | Hospital de Santana e Pavilhão Militar* |
| 49 | 1963 | Altares (Terceira) | Angra | Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo* |
| 51 | 1964 | Feteira[s] | Ponta Delgada | Junta de Freguesia de Feteira[s]* |
| 54 | 1963 | Régua | Vila Real | Associação dos Bombeiros [da Régua] |

| Número | Ano | Localidade | Distrito | Entidade responsável |
|---|---|---|---|---|
| 63 | 1964 | Lisboa | Lisboa | Anexo ao Hospital Militar Principal* |
| 66 | 1964 | Barrocal do Douro | Bragança | Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal da Hidroeléctrica do Douro* |
| 67 | 1965 | Sabóia | Beja | Sabóia Atlético Clube |
| 68 | 1965 | Santa Clara-a-Velha | Coimbra | Sporting Clube Santaclarense |
| 70 | 1964 | Envendos | Santarém | Padre António André*** |
| 84 | 1964 | Porto | Porto | Cadeia Civil [do Porto]* |
| 86 | 1964 | Coimbra | Coimbra | Associação Académica de Coimbra (*nb:* bf encerrada pela ditadura) |
| 87 | 1964 | Lisboa | Lisboa | Anexo ao Hospital Militar* |
| 88 | 196? | Leixões (Matosinhos) | Porto | Stella Maris (reverendo padre António Nunes Delgado)*** |
| 94 | 1965 | Arganil | Coimbra | Associação dos Bombeiros Voluntários de Argus |
| 95 | 1965 | Coja | Coimbra | Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coja |
| 96 | 196? | Paços de Ferreira | Porto | Cadeia Central do Norte* |
| 106 | 1965 | Penacova | Coimbra | Junta de Freguesia de Penacova* |
| 107 | 196? | Lorvão | Coimbra | Centro Psiquiátrico de Recuperação [do Lorvão]* |
| 108 | 196? | Lisboa | Lisboa | Cadeia Comarcã-Limoeiro* |
| 110 | 1965 | Vila da Feira | Aveiro | Associação dos Bombeiros [de Vila da Feira] e Câmara Municipal da Feira** |
| 115 | 1966 | Almeirim | Santarém | Clube Juvenil Almeirinense |
| 116 | 1966 | Alferrarede | Santarém | Junta de Freguesia de Alferrarede* |
| 122 | 1966 | Celorico da Beira | Guarda | Casa do Povo de Celorico da Beira e Câmara Municipal de Celorico da Beira* |
| 125 | 1966 | Alcoentre | Lisboa | Centro Recreativo dos Reclusos da Colónia Penitenciária e Cadeia [de Alcoentre]* |
| 126 | 1966 | Praia do Ribatejo | Santarém | Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo* |
| 127 | 1966 | Guimarães | Braga | Círculo de Arte e Recreio |
| 128 | 1966 | Ermesinde | Porto | Junta de Freguesia de Ermesinde* |
| 129 | 1966 | Avintes | Porto | Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Avintes |
| 152 | 197? | Buarcos (Figueira da Foz) | Coimbra | Grupo Caras Direitas |
| 162 | 1970 | Peniche | Leiria | Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense |

* Para entidades estatais não municipais. ** para colaboração de entidades estatais com associações; *** para entidades eclesiásticas e outras.

**Fontes:** Cxs. «Correspondencia[/]Dr. Baptista de Lima[/]Abreu Campanario» (1964-1986), «Correspondencia[/]Dr. Miranda Mendes[/]Dr. Jose Barbosa» (1964-1986), «Correspondencia[/]Dr. Orlando Vitorino[/]Dr. Armando Fernandes» (1963-1982), «Correspondência[/]Colégio Directivo[/]Actas» (1974-1983).

resolveu-se atribuir à Câmara um subsídio anual para aquele efeito[9].» Tal inflexão de 1973 confirmava ainda o interesse da FCG no fomento de uma estrutura nacional de base municipal pública (estatal).

Quanto ao contributo do associativismo cultural livre, este começa logo na Biblioteca Fixa n.º 2, originalmente instalada na sede da Sociedade Filarmónica União Samorense[10]. Esta foi a primeira unidade fixa a ser inaugurada no país, a 20-5-1960, pese embora o seu número de série, tendo sido dirigida pelo associativista e activista cultural Carlos A. Gaspar desde a primeira hora. O levantamento que foi possível efectuar em fontes primárias revela a importância do papel do associativismo. Assim, na listagem que apresento relativa às bibliotecas da FCG que tinham sido assumidas por entidades que não as câmaras municipais (ou, pelo menos, não exclusivamente) verifica-se a predominância do associativismo livre (isto é, não oficial), presente em 21 dos 51 casos (v. quadro n.º 1). A seguir vêm o sistema prisional estatal e a estrutura eclesiástica católica, respectivamente com 8 e 7 presenças. Destacam-se ainda as juntas de freguesia, presentes em 6 casos. Além dos casos de comparticipação municipal, surgem ainda representadas as associações para-estatais (um centro de alegria no trabalho e uma casa do povo), as entidades hospitalares e psiquiátricas, as escolas primárias, as juntas de turismo e as bibliotecas públicas distritais. Em suma, o universo de entidades é diversificado, mesmo no interior do movimento associativo independente, onde convivem colectividades ligadas à cultura, ao recreio e ao desporto.

A atestar esta duradoura relação com o associativismo livre, registe-se que em 1980 estavam em actividade 115 «postos de leitura», montados precisamente em associações culturais e recreativas, juntas de freguesias, empresas fabris, centros de assistência social, etc. (além de 62 unidades itinerantes e 166 fixas, 10 destas em prisões e 2 só para crianças)[11].

As relações da FCG com entidades exteriores para compartilhar tarefas na dinamização das suas bibliotecas não foram fáceis nem lineares, pois estas entidades tendiam a não cumprir partes do acordado ao longo do período de colaboração mútua, um sintoma da sua fragilidade institucional. Tal também sucedeu com o associativismo livre, mais vulnerável do que as outras entidades às mudanças de gerências e de planos e compromissos de trabalho. Tal volubilidade foi usada como argumento pelos dirigentes da FCG para se afastarem das associações, pelo menos numa dada fase, mais recente (como no caso da unidade fixa instalada na sede da Comissão de Melhoramentos de Bustos)[12].

---

[9] Cf. duplicado do ofício n.º 140 do [SBI] (27-6-1973), cx. «Correspondencia[/]Dr. Baptista de Lima[/]Abreu Campanario», 1964-1986.

[10] Cf. ofício de 3-2-1981 da Biblioteca Fixa n.º 2, fl. [1].

[11] Cf. fotocópia do relatório «Actividades [do SBIF] em 1980», s. d., fl. [1], cx. «Relatórios [1967–]», 1968-1999.

[12] Cf. fotocópia da missiva de 17-1-1983 de José Barbosa (inspector do SBIF), fl. [1], cx. «Correspondencia[/]Dr. Miranda Mendes[/]Dr. Jose Barbosa», 1964-1986.

Acresce que o público potencial era reduzido, como se argumenta para solicitar a transferência de direcção da Biblioteca Fixa n.º 152, também nos anos 80: «Até que ponto se justifica a manutenção desta Biblioteca Fixa numa Colectividade [Grupo Caras Direitas, Buarcos] que, como todas, será frequentada, na grande maioria pelos seus sócios. Não seria de procurar instalar a Biblioteca na Junta de Freguesia ou noutra instituição de âmbito mais alargado[13]?»

Refira-se que a única biblioteca da FCG encerrada por intervenção repressiva das autoridades do Estado Novo foi a da Associação Académica de Coimbra, justamente uma unidade suportada por uma associação independente. As relações com a ditadura serão aqui brevemente analisadas através de uma leitura sucinta da evolução da intervenção da FCG no domínio das bibliotecas. A periodização a seguir avançada serve apenas para salientar alguns aspectos mais importantes da acção da FCG e não pretende reflectir o movimento de leitura nas suas bibliotecas. Quanto ao movimento das bibliotecas (exposto abreviadamente no quadro n.º 2), destaque-se o vagaroso crescimento anual das unidades fixas até 1963, o grande salto em 1964--1968 e a estagnação posterior, evidenciando as dificuldades na sua instalação e na sua expansão, devido à necessidade de articulação entre a FCG e outras entidades da sociedade civil e/ou oficiais.

**Movimento das bibliotecas da FCG por quinquénios (1958-1987)**

[QUADRO N.º 2]

| Bibliotecas | 1958 | 1963 | 1968 | 1973 | 1978 | 1983 | 1987 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Itinerantes | 15 | 50 | 61 | 62 | 62 | 58 | 59 |
| Fixas | 0 | 58 | 156 | 169 | 167 | 169 | 179 |
| Total de bibliotecas | 15 | 108 | 217 | 231 | 229 | [227] | 238 |
| Itinerantes/total (em percentagem) | 100 | 46 | 28 | 27 | 27 | 26 | 25 |

**Fonte:** Órgão impresso do SBI/SBIF/SBAL-FCG e documentação do Fundo do SBAL-FCG.

## PERIODIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DA FCG NO SECTOR BIBLIOTECÁRIO

Uma 1.ª fase da actividade específica da FCG centrou-se no levantamento das necessidades mais instantes e na elaboração de um plano de acção que, como vimos atrás, se centraria inicialmente num projecto de bibliotecas itinerantes (1957-1958).

[13] Cf. ofício n.º 423/86 (20-6-1986) do dir. adj. do SBI[F] José Bento Ferreira-Martins, *ibid.*

Uma 2.ª fase correspondeu ao lançamento dessas unidades itinerantes e à preparação do lançamento de unidades fixas (*grosso modo*, entre 1958-1960). Houve então um especial cuidado na difusão do projecto a nível nacional, num sentido didáctico e tranquilizador, dado o obscurantismo cultural que então grassava, instigado por facções mais conservadoras e ultranacionalistas da sociedade ligadas ao Estado, às forças armadas e à Igreja católica. Surgiram algumas resistências, sobretudo por parte de certos elementos de comunidades rurais mais isoladas ou conservadoras e por parte de alguns membros mais fundamentalistas do clero católico, os quais viam nesta intervenção um perigo diabólico. Segundo testemunhos de antigos encarregados de bibliotecas, algumas unidades chegaram, inclusivamente, a ver o seu trabalho proibido, tendo sido alvo de atentados à integridade física e de ameaças. Como testemunhou retrospectivamente um antigo funcionário da FCG que esteve no terreno enquanto ajudante e encarregado de bibliotecas itinerantes:

> Na fase de inauguração das Bibliotecas Itinerantes surgiram dificuldades de penetração sobretudo nos meios menos receptivos às actividades culturais [...] numa aldeia do centro do país uma entidade local mais «zelosa» procurou conhecer o circuito do livro até chegar à Biblioteca Itinerante. Depois de uma explicação pormenorizada, acentuando a existência da Comissão de Apreciação e da sua função de filtragem dos livros antes de serem enviados às Bibliotecas, tendo em conta a qualidade literária dos textos, a «zelosa» entidade elogiou os cuidados de quem dirigia o Serviço de Bibliotecas, e de imediato apontou o dedo (acusatório) a uma estante e retirou dois livros, «A Filha de Labão» de Tomás da Fonseca e «O Primo Basílio» de Eça de Queirós, dizendo: — «mas estes livros não deviam estar aqui». Lembrarei que estávamos no princípio dos anos sessenta, e infelizmente para todos nós, muito afastados de 1974 [cf. Santos, 1984, p. 53].

Graça dos Santos referir-se-ia ainda a obstruções por parte das entidades eclesiásticas: «Tivemos muitos casos de absoluta rejeição à actividade da Biblioteca, chegando ao ponto de aliciamento de pessoas para o confronto físico e ao toque dos sinos a rebate. Só não se verificaram casos pelo facto de se ter efectuado a retirada precipitada da Biblioteca.» Outro pioneiro, António José Fort, confirma estes casos:

> Sabem tão bem como eu aqueles colegas que inauguraram as primeiras bibliotecas itinerantes, no tempo em que as bibliotecas eram às vezes tomadas por monstros e até confundidas com o diabo. E que por isso sofreram incompreensões, ameaças, pedradas, perseguições com música de sinos a rebate — tudo histórias para contar noutra oportunidade [cf. Fort, 1984, p. 52].

Houve mesmo um incidente grave em Parada do Bouro (27-12-1960), envolvendo ameaças de excomunhão e violência instigada pelo pároco, denunciado então pelos periódicos *Jornal de Notícias* e *Primeiro de Janeiro* e que António José Fort relatou em missiva para a sua direcção (cujo teor foi recentemente divulgado) (v. Francisco, 1996, ou Melo, 2004, pp. 355-356).

Havia ainda outras obstruções, que remetiam para a falta de convívio com o livro e a leitura, para o analfabetismo e para um certo retraimento face ao estranho (pessoas e objectos) entre as comunidades mais isoladas. Eis um depoimento elucidativo:

> As populações rurais eram fechadas. Houve que travar esforços constantes no intuito de fazer compreender aos pais e familiares, ancestralmente desligados de uma prática de leitura, dos benefícios que esta lhes traria e aos filhos, na sua grande maioria com dificuldades e carências de toda a ordem [cf. Campanário, 1984, p. 47].

Outro funcionário dos primórdios da FCG aludia ainda à estranheza que terá motivado a gratuitidade do serviço e ao receio de concorrência no estudo por parte dos professores (cf. Caldas, 1984, p. 55).

Todavia, estas resistências foram casos pontuais e, sobretudo, concentrados num período ainda experimental e curto; subsistiriam até a novidade passar a ser rotina, o que foi facilitado pela forte periodicidade da circulação. Como conclui Graça dos Santos no seu testemunho: «Lembro, no entanto, a pequena festa popular que era a chegada da Biblioteca; todo o movimento de pessoas à sua volta, sobretudo as crianças e os adolescentes» (cf. Santos, 1984, p. 53).

Uma 3.ª fase adveio com a expansão e configuração nacional metropolitana da estrutura de serviço bibliotecário (1961-1964). No 2.º semestre de 1961 concluiu-se a cobertura do Portugal continental (com 47 unidades itinerantes e 36 fixas) (cf. «Fundação Gulbenkian», 1962). Em 1963 introduziram-se bibliotecas itinerantes e fixas nos Açores e na Madeira (cf. FCG, imp. 1983, p. 292). Ainda assim, só em 1972 é que a própria FCG deu por concluída a sua «rede» de bibliotecas itinerantes e fixas, totalizando, respectivamente, 62 e 166 unidades (embora esta ainda vá sofrer ligeiras oscilações).

Este é também o período em que a FCG se lança na actividade editorial sistemática (sobretudo nos domínios da ciência, ensaio e clássicos da humanidade), pela mão do novel administrador Ferrer Correia e do seu plano de edições, iniciado em 1962.

É ainda para esta fase que foi possível recolher documentação sobre o controlo político-policial pelo regime da actividade das bibliotecas da FCG. Com efeito, não obstante as precauções tomadas pela FCG — designada-

mente a formação de uma comissão de individualidades para escolha de livros, o estabelecimento de regras para selecção dos encarregados e a declaração de apoliticismo —, ainda assim a ditadura vigiou bem de perto as suas actividades. No arquivo da PIDE/DGS localizou-se um processo relativo à FCG e que contém alguns dos casos que a PIDE e a PSP trataram durante 1960--1963 e que envolvem a perseguição a funcionários das bibliotecas itinerantes da FCG ou a pessoas das suas relações, incluindo a pressão para a sua demissão (ou, preventivamente, a sua não nomeação)[14]. Empregados como Afonso Cautela (em Vila Real de Santo António), Herberto Hélder (em Castro Verde), António Santana (em Beja), Manuel Santana Alho (idem), Fernando de Gois Saldanha da Gama (em Mértola), Alberto da Conceição Margarido Martins (em Portalegre), António Abel Leite da Silva Lopes (na Covilhã), Máximo Lisboa (em local não identificado) e Guilherme Allen Morais Camacho (em Mogadouro) foram vigiados, perseguidos e denunciados pela PIDE e pela PSP ao Ministério do Interior e à PCM por suposta possibilidade de distribuição de propaganda através dos carros-bibliotecas, pela suposta postura política, por delito de opinião ou por meros contactos passageiros com cidadãos alegadamente oposicionistas, como António Vicente Campinas e António Samúdio (ambos de Vila Real de Santo António). Exceptuando os episódios da Covilhã e de Mogadouro, todos estes casos ocorreram no Sul do país, o que demonstra a grande opressão que aí se abatia (para mais informações, v. Melo, 2002, pp. 308-310).

Uma 4.ª fase diz respeito à estabilização do projecto, *grosso modo,* entre meados dos anos 60 e 70, durante a qual a FCG prestou ainda alguma colaboração na distribuição de colecções de livros no ultramar português (já no período da guerra colonial) e junto das comunidades de emigrantes na Europa[15]. Paradoxalmente, foi neste período (na parte final) que se começou a pôr em xeque o projecto do SBI, considerado por uma facção influente dos dirigentes da FCG uma despesa obsoleta e pesada. Esta facção preconizava a perspectiva de uma fundação de subsídios, segundo uma certa tradição norte-americana, enquanto a Gulbenkian seguiu sempre uma linha mista, mas assente sobretudo numa fundação de serviços. A política do primado dos subsídios venceu com a chegada de Sá Machado à presidência da FCG. Apesar de esta facção estar aparentemente em minoria nesta fase, o certo é que a administração da FCG encetou conversações ao mais alto nível com o governo marcelista no sentido de se desvincular da sua estrutura de bibliotecas itinerantes e fixas e de postos de leitura. Inclusivamente, não é clara a posição do presidente da administração da FCG quanto ao projecto do SBI,

[14] V. IAN/TT, arquivo PIDE/DGS, SC, proc. 3549-CI (2) [FCG], cx. 7275.

[15] Cf. actas n.os 10/72 e 78/72 do CA-FCG, cx. «Conselho de Administração[/]Actas[/] N.os 1 a 66[/]1972», 1972.

embora haja indícios de que tenha sido a favor da desvinculação ou, pelo menos, que não tenha resistido à nova perspectiva.

Assim, numa conversa ocorrida em 28-8-1970 entre o ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, e o presidente da administração da FCG, José de Azeredo Perdigão, o primeiro comunicou ao segundo o seu interesse na «coordenação de esforços de todas as entidades» na educação («procurando evitar duplicações, omissões e toda a dispersão possíveis»), tendo como pano de fundo a assunção pelo seu ministério da biblioteca da FCG na Figueira da Foz[16]. Porém, o relato de Azeredo Perdigão era ambíguo (ou então a própria posição do ministro), pois não se entende claramente se o ministro apoiava a tutela pelo MEN das bibliotecas em geral ou somente da figueirense (que estava associada a um museu).

Pouco tempo depois, o administrador do pelouro da educação da FCG falava da proposta da Câmara Municipal de Sintra de parceria na criação de uma biblioteca itinerante local, com esta assumindo encargos com pessoal e combustível da viatura, como sendo uma via possível para a reforma do serviço de bibliotecas. Não obstante, o CA-FCG aparentava ter uma posição mais austera e pressionava no sentido de limitar a participação da Gulbenkian exclusivamente ao abastecimento de livros, donde seria necessário que o município assumisse também as despesas com a compra e a manutenção da viatura[17]. No final vingaria uma resolução intermédia e apenas para este caso (via empréstimo de uma viatura pela FCG), mas o problema mantinha-se[18].

Já quanto às bibliotecas fixas, as posições de Ferrer Correia e da restante administração da FCG pareciam inverter-se. Assim, este administrador foi o único a votar contra a concessão de um subsídio (de cerca de 160 000 escudos) à Junta de Freguesia de Valongo para a conclusão de um salão para iniciativas culturais no seu novo edifício-sede, tendo como contrapartida a disposição de uma das suas salas para instalação definitiva e conveniente da actual biblioteca fixa local da FCG[19]. Segundo Ferrer Correia, o seu conceito de biblioteca fixa estava nos antípodas, pois «esta deveria evoluir numa linha de simplificação[,] transformando-se fundamentalmente num posto de livros localizado em sítio acessível para utilização dos respectivos utentes». Além do mais, este tipo de exemplos poderia conduzir a dispersões funestas, pois poderia despoletar uma invasão de solicitações, daí que «pedidos semelhantes» estivessem a ser indeferidos pelo seu Serviço de Educação (id., *ibid.,*

---

[16] Cf. acta n.º 48/70 da reunião de 3-9-1970 do CA-FCG, fl. [1], cx. «Conselho de Administração[/]Actas[/]N.os 1 a 81[/]1970», 1970.

[17] Cf. acta n.º 54/70 da reunião de 13-10-1970 do CA-FCG, fl. 5, *ibid.*

[18] Cf. acta n.º 8/71 da reunião de 9-2-1971 do CA-FCG, fls. [1]/2, cx. «Conselho de Administração[/]Actas[/]N.os 1 a 79[/]1971» 1971.

[19] Cf. acta n.º 39/72 da reunião de 28-6-1972 do CA-FCG, fls. 3-4, cx. «Conselho de Administração[/]Actas[/]N.os 1 a 66[/]1972» 1972.

fl. 4). O presidente do CA-FCG argumentou que eram precisamente estes os casos que requeriam a maior atenção, pois respeitavam a comunidades mais desfavorecidas. Quanto ao «risco de dispersão, ele só existe na medida em que a Fundação desejar corrê-lo, uma vez que está na sua mão só ajudar aquelas iniciativas que, como a da Junta de Freguesia de Valongo, oferecem condições de maior rendabilidade cultural» (id., *ibid.,* fl. 5). Esta posição de Ferrer Correia podia ainda estar relacionada ou com a recusa de alargar a estrutura de unidades fixas às juntas de freguesia ou com o interesse em se ver livre de um encargo (o qual ficou afecto ao Serviço de Projectos e Obras e coberto pela «Reserva sob a administração directa do Presidente»). Paradoxalmente ou não, a posição da maioria da FCG será pouco depois contraditada pela recusa de comparticipação na construção de um novo edifício para a Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia e nas obras de reparação das instalações da Biblioteca Municipal de Santarém (embora se ressalvasse a possibilidade de subsidiar a construção de um novo edifício para a Biblioteca Municipal de Coimbra, já prevista desde 1969)[20].

Por fim, a administração da FCG realizou uma reunião em 20-2-1974 onde apenas se discutiu a extinção das bibliotecas itinerantes e fixas[21]. Nesta reunião, em que estiveram presentes o presidente Azeredo Perdigão e os administradores Ferrer Correia, Marcello Mathias, Guimarães Lobato e Sá Machado, foi o presidente quem historiou o processo negocial então em curso. Assim, Azeredo Perdigão relata que se reunira com o responsável máximo do Ministério das Corporações e Segurança Social (MCSS) para lhe propor a incorporação estatal das bibliotecas da FCG, sob o pretexto da necessidade de evitar pretensas justaposições de estruturas bibliotecárias nacionais, as da FCG, do MEN e do MCSS (id., *ibid.,* fl. [1]). Por este relato fica ainda a saber-se que o administrador que tutelava o SBI, Ferrer Correia, havia já encetado conversações com o ministro da Educação Nacional sobre o mesmo assunto. Segundo Azeredo Perdigão, os ministros Veiga Simão e Silva Pinto (respectivamente das pastas educativa e corporativa) haviam mostrado muito interesse em aproveitarem a obra da FCG neste sector (id., *ibid.,* fl. 2). No final, o CA-FCG «congratulou-se», *unanimemente,* «com as informações prestadas pelo Senhor Presidente» (id., *ibid.,* fl. 3).

Em missiva «pessoal e confidencial» (de 22-2-1974) de Azeredo Perdigão para Branquinho da Fonseca, o primeiro circunscreveria o assunto a «negociações no sentido de tornar menos onerosa a rede das nossas Bibliotecas, Fixas e Itinerantes»[22]. E acrescentava: «Estou muito esperançado que alguma

[20] Cf. acta n.º 49/74 da reunião de 22-8-1974 do CA-FCG, fls. 7-8, cx. «1974[/]Actas», 1973-1974.

[21] Cf. acta n.º 12/74, confidencial, da reunião de 20-2-1974 do CA-FCG, AHMC, espólio documental de Branquinho da Fonseca, proc. 298.

[22] *Ibid.*

coisa se possa fazer, em termos aceitáveis» com o MEN «e/ou» com o MCSS. Porém, logo a seguir eclodia o golpe militar de 25-4-1974. Ainda assim, registe-se que a FCG já nesta altura estava disposta a prescindir do seu SBI, embora se possa considerar que este extremo apenas se colocava em termos teóricos, dada a falta de vontade política estatal. Não foi deste modo, todavia, que o jornal *República* interpretou as conversações de alguns «elementos executivos» da FCG com funcionários superiores da Direcção-Geral da Educação Permanente, em finais de 1973 (cf. «Possível transferência...», 1973). Segundo este diário oposicionista, estava em cima da mesa a transferência da primeira para a segunda entidades da totalidade das bibliotecas do SBI (então 169 unidades fixas e 62 itinerantes), cuja materialização assumiria «proporções imprevisíveis» (leia-se negativas). O jornal dirigido por Raul Rego não podia ser mais claro na crítica:

> Num campo como este, em que a Fundação Gulbenkian tem actuado ao nível das carências básicas de grandes estratos populacionais, levando-lhes um veículo de cultura, o livro, que de outra forma não encontraria poder de penetração, custa a crer que a instituição da Avenida de Berna possa largar da mão uma obra sua de raiz. Mas é o que está «no ar» e se receia venha a concretizar-se.

Precisamente um ano antes, já outro jornal criticara a possibilidade de encerramento de 26 bibliotecas itinerantes da FCG, segundo «rumores» que então circulavam (cf. Fonseca, 1972).

Em suma, desde o início da década de 70 (pelo menos) que a liderança da FCG estava interessada em transferir as suas responsabilidades em matéria de leitura pública para o Estado. Esta posição reflectia também (ou sobretudo) a necessidade de reduzir despesas fixas, dadas as dificuldades orçamentais resultantes da queda nas fontes de receita oriundas do petróleo (do Médio Oriente), mormente a partir de 1967[23]. Azeredo Perdigão propôs então um equilíbrio entre despesas ordinárias e rendimentos das reservas da FCG (portanto rendimentos extrapetróleo), designado por «estabilidade possível» e sancionado pela comissão delegada (uma espécie de CA restrito) (id., *ibid.,* fls. 3-4). Refira-se que nessa época as receitas petrolíferas representavam uma boa parte do orçamento da FCG — por exemplo, no orçamento para 1973 representavam quase 45% das receitas[24]. Na discussão deste mesmo orçamento, o administrador Roberto Gulbenkian proporia que

---

[23] Cf. acta n.º 832 da reunião de 27-6-1967 da comissão delegada da FCG, fl. [1], e acta n.º 33/74 da reunião de 22-5-1974 do CA-FCG, fls. [1]-4, respectivamente cxs. «Conselho de Administração[/]Circulares/Actas[/]1961/1968», 1961-1968, e «1974[/]Actas», 1973-1974.

[24] Cf. acta n.º 76/72 da reunião de 6-12-1972 do CA-FCG, fl. 4, cx. «Conselho de Administração[/]Actas[/]N.os 1 a [/]1973», 1972-1973.

a contenção nas despesas com subsídios fosse extensiva aos encargos fixos, ao que o presidente responderia com a existência de estudos em curso para a «reorganização das actividades da Fundação»[25] (id., *ibid.,* fl. 3). O contexto geral, contudo, permaneceria o de uma «política de austeridade».

Uma 5.ª fase irrompe com as convulsões revolucionárias de 1974-1975, que colocam a FCG em crise, até finais da década, inícios da seguinte. Um dos aspectos mais relevantes desta fase é a própria transformação institucional da FCG, com a criação de organismos representativos de todos os funcionários e com funções executivas e fiscalizadoras — incluindo uma comissão executiva, uma comissão paritária de relações de trabalho, uma comissão de reestruturação e vários «colégios directivos» departamentais — e sua inserção no organograma oficial. Estes novos organismos, aos quais haveriam ainda de se juntar as comissões de trabalhadores (mas estas na órbita autónoma sindical) e comissões *ad hoc* (de «dinamização cultural» e de «saneamento», por exemplo), surgiram na sequência da contestação interna resultante da revolução de 1974.

O colégio directivo (CD) do SBI foi criado em 5-6-1974 e funcionaria até 1983, pelo menos[26]. Nos anos de 1974-1976 foi muito enfatizado o estatuto do trabalhador (carreira, remuneração, horário laboral, formação profissional, etc.) e a reestruturação dos serviços (reforma das «requisições especiais», da BCE e do *Boletim Informativo,* extinção da Comissão de Leitura em 1974 e sua substituição pelo CD e por um conjunto de novas regras de selecção de livros, revisão das inspecções, novos regulamentos, etc.). Por intermédio do 1.º CD foi ainda preconizada a adopção de uma perspectiva sócio-cultural de «formação integral» do indivíduo pelo serviço, compreendendo o «desenvolvimento do intelecto, a educação de sensibilidade», o «aperfeiçoamento moral» e o «desenvolvimento do espírito crítico», visando «formar cidadãos esclarecidos, conscientes dos seus direitos e deveres, que se empenhem na acção responsável e dinimizem *[sic]* a vida social»[27]. Para satisfazer este desiderato

---

[25] Cf. acta n.º 832 da reunião de 27-6-1967 da comissão delegada da FCG, fl. 3, cx. «Conselho de Administração[/]Circulares/Actas[/]1961/1968», 1961-1968.

[26] Para a data inicial, cf. texto dactilografado «O Colégio Directivo do Serviço de Bibliotecas[/]Efemérides», Lisboa, CD-SB[I], Novembro de 1974, fl. [3], cx. «Correspondencia[/]Colégio Directivo[/]Assembleias de Zona[/]Projectos[/]Reestruturação», 1974-1977 e 1982. Para a data final, cf. cx. «Correspondência[/]Colégio Directivo[/]Actas», 1974-1983. Durante certo tempo, o CD-SBI terá remetido para segundo plano o respectivo director, o que foi tornado público (cf. *Boletim das Bibliotecas Itinerantes e Fixas,* série III, n.º 1, 1975, s. p. [contracapa], número sobre «democracia e cultura»). Para esta fase, e até nova nota, seguem-se as actas do CD-SBI.

[27] Cf. texto dactilografado «Reestruturação do Serviço de Bibliotecas[/]Plano de actividades das bibliotecas e organização do serviço», Lisboa, CD-SB[I], Novembro de 1974, fl. [3], cx. «Correspondencia[/]Colégio Directivo[/]Assembleias de Zona[/]Projectos[/]Reestruturação», 1974-1977 e 1982.

sócio-cultural elencava-se um vasto conjunto de iniciativas (sessões de esclarecimento, mesas-redondas, colóquios, conversas sobre livros e acontecimentos, diálogos com operários, escritores e artistas, sessões de leitura e interpretação de contos para crianças e adultos; exposições; sessões de música; fantoches, teatro e cinema; diapositivos comentados, visitas guiadas; excursões, concursos e jogos juvenis) a desenvolver em conjunto com as novas «forças vivas» das comunidades locais (escolas, museus, «associações de toda a espécie, circulos de leitores, grupos de amigos da biblioteca, etc.») (id., *ibid.,* fls. [1]/[2]). Com este programa estava definitivamente aberto o caminho para o fomento de actividades culturais complementares da leitura nas bibliotecas da FCG. Consagrava-se a biblioteca como um centro cultural polivalente, também em sentido lato, pois tratava-se de a fixar como um pólo aglutinador da comunidade em que se inseria[28]. Esta nova perspectiva seria adoptada pela política oficial para as bibliotecas públicas municipais, ampliando assim o impacto da acção da FCG na área cultural.

Posteriormente, regressa a Comissão de Leitura (em meados de 1976), incrementam-se as reuniões com estruturas ministeriais dos sectores da educação e da comunicação social para estabelecer formas de colaboração na área das bibliotecas, procede-se a um levantamento do património livreiro (inventários), prossegue-se com a aposta nos cursos de formação para os funcionários e na melhoria dos fundos bibliográficos (via divulgação de lista de obras fundamentais pela Secção de Bibliografia do SBI, produção de catálogos, etc.).

Nesta fase mais turbulenta, a FCG é inundada por pedidos e pressões de inúmeras associações então vivificantes (casas de pessoal, clubes de bairro, comissões de moradores, etc.), para conceder apoios, colecções de livros (vingou então a expressão «bibliotecas oferta») ou mesmo bibliotecas. Tal situação é sobretudo notória durante 1974-1976[29]. Este contexto favoreceria o reforço dos postos de leitura, bem como de todo o projecto do SBI, pois enquadrava-se na tendência geral de sobrevalorização da educação popular e de democratização cultural[30]. Em consequência, verificar-se-ia ainda o esquecimento temporário das intenções de extinção do SBI e correspondente

---

[28] A este propósito, v. Lazzari (1985), pp. 163-164, e Moura (1986), p. 6. Para o caso italiano, v. também Tavoni (1993), pp. 198-199.

[29] Cf., por exemplo, acta n.º 28 do CD-SBI [reunião de 14/15-6-1976], cx. «Correspondencia[/]Colégio Directivo[/]Actas», 1974-1983.

[30] Porém, o CA-FCG resistiu quanto pôde no sentido de moderar a expansão de uma nova estrutura bibliotecária, a dos postos de leitura, rejeitando o projecto dos colégios directivos do SBI e da presidência da FCG (cf. acta n.º 77/74 da reunião de 18-12-1974 do CA-FCG, fl. 2, cx. «1974[/]Actas», 1973-74).

alienação do património bibliotecário. Tudo leva a crer que só em 1981 se terá voltado a falar institucionalmente deste assunto e apenas quanto às unidades itinerantes, como transparece de actas do CD-SBI (cf. actas 23[/81], de 23/24-9-1981, e 14[/82], de 23/24-6-1982).

É também no final deste período que são lançadas duas iniciativas preciosas para o desenvolvimento da literatura infantil no país: os prémios Gulbenkian de literatura para crianças (idealizados em 1979 e cuja 1.ª edição decorreu em 1980) e os encontros sobre literatura para crianças (também desde 1980), ambas com a colaboração da Direcção-Geral do Ensino Básico (cf., respectivamente, Rocha, 1984, pp. 58 e 60, e Ferreira, 1985, p. 3).

Resta, por fim, mencionar que a política de selecção de livros sofre então grandes mudanças, com a procura de actualização dos recheios das bibliotecas grandemente baseada na inclusão de áreas ou assuntos antes negligenciados, sobretudo de política e comunismo/socialismo, ou ainda de novos livros de literatura infantil.

Uma 6.ª fase é marcada pela reformulação do serviço sob a liderança de David Mourão Ferreira (1981-1996), com uma aposta declarada na divulgação cultural e literária e na animação da leitura. Esta nova concepção estratégica da acção sectorial será consagrada na transformação do próprio organismo em SBAL (1993)[31].

Uma das facetas da mudança operada por Mourão Ferreira reside na reformulação do órgão impresso: de boletim informativo passa a boletim cultural (desde final da V série, de V/1981, e prosseguido na VI série, iniciada em Janeiro de 1984). O *Boletim Cultural* surge ainda mais centrado na literatura, nos escritores lusos e na crítica literária. Tal reforço é entendido como o meio mais fácil de atrair os portugueses para a leitura: entra-se na fase dos números temáticos e antológicos, ora dedicados a «grandes vultos da literatura portuguesa — Camilo, Cesário, Aquilino, Nemésio, Torga, Branquinho da Fonseca», ora dedicados à temática do livro e da leitura e a outros temas culturais (a revista de poesia *Távola Redonda* e o cinema de animação) (cf. [FCG], 1994, p. 15). Esta mudança seria ainda visível na sofisticação do boletim, em termos de qualidade do papel, grafismo, uso da cor, mas também numa crítica literária ainda mais variada, aprofundada e autoral, embora sempre com a preocupação da acessibilidade. Também novos autores saltaram para a ribalta (os da *Távola Redonda*, por exemplo) e alguns dos

[31] Antes ainda seria consagrada a designação de SBIF, no início de 1983 (v. circulares n.os 199 e 202, respectivamente de 10 de Fevereiro e 9 de Março, cx. «Correspondencia[/] Circulares», 1958-1983). Surpreendentemente, até então não se alterara a designação original, embora as unidades fixas viessem quase do início.

escritores vivos eram mais valorizados. Note-se que este boletim era de distribuição gratuita e chegou a atingir nesta fase os 80 000 exemplares de tiragem. Vários dos seus números foram então reimpressos, dada a grande procura.

Embora as iniciativas em torno da promoção das bibliotecas da FCG, em particular, e da leitura e do livro, em geral, não fossem estranhas ao SBI — a começar pelo *Boletim Informativo* —, o certo é que, sob o consulado de Mourão Ferreira, passou a apostar-se num programa sistemático, diversificado e coerente para as bibliotecas fixas, com exposições de artes plásticas, concertos, sessões de poesia e de conto, debates, encontros com escritores portugueses, etc. O arranque desta intervenção sistemática deu-se com o programa «Leitura e Cultura» (desde 1987, pelo menos[32]), substituído pelas iniciativas de «apoio à leitura» do SBAL, desde 1993.

Finalmente, prosseguiram e reforçaram-se os prémios e encontros de literatura para crianças da FCG, com divulgação de informação e das comunicações no *Boletim Cultural*.

Uma última nota a propósito do consulado de Mourão Ferreira: enquanto assumiu funções de direcção no serviço, foi um defensor da manutenção do projecto de bibliotecas da FCG, pois entendia que a proposta lançada pelo Instituto Português do Livro e da Leitura não era uma alternativa completa, dado que não previa cobrir, originalmente, todo o país (excluía as regiões autónomas) e porque não tinha um serviço de unidades itinerantes[33].

## O PERFIL DOS DIRECTORES DO SERVIÇO DE BIBLIOTECAS

O perfil dos directores obedecia a critérios fixados pela administração e influenciou a orientação dos trabalhos no sector das bibliotecas. Assim, todos os directores deste período (Branquinho da Fonseca, 1958-1974; Domingos Monteiro, 1974-1980; António Quadros, 1980-1981; David Mourão Ferreira, 1981-1996) eram intelectuais reconhecidos no campo cultural. Todos combinavam a escrita ficcional e ensaística e detinham formação huma-

---

[32] Cf. fotocópia «Relatório de Actividades [do SBIF] de 1987», SBIF, s. d., fls. [1]/2, cx. «Relatórios [1967–]», 1968-1999. Outros aspectos inovadores deste programa são a colaboração e a articulação de outros serviços da FCG (dos da educação e das belas-artes, em especial do ACARTE), das câmaras municipais, de associações ou grupos culturais e/ou recreativos e de intelectuais. Em 1985 realizaram-se exposições, conferências e concertos em sete bibliotecas fixas, provavelmente integrando o programa referido (cf. «Relatório de Actividades [do SBIF] de 1985», SBIF, s. d., fl. [1], cx. «Relatórios [1967–]», 1968-1999).

[33] Cf. «Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian[:] sucinto relatório», SBIF, 10-4-1991, cx. «Relatórios [1967–]», 1968-1999.

nista. Exceptuando Quadros, os directores tinham sido opositores à ditadura salazarista, o que reflectiria a sensibilidade político-cultural dos administradores do pelouro respectivo (o da educação), Azeredo Perdigão e Ferrer Correia. Os que tiveram mais tempo de serviço foram recrutados fora da própria FCG (o primeiro e o último), enquanto os convites internos foram soluções de recurso e de curta duração. Importa ainda referir que todos tinham gosto pela divulgação cultural, destacando-se a intervenção no sector das bibliotecas, sobretudo, de Branquinho da Fonseca (organizador da Biblioteca Municipal da Nazaré, 1936-1939; responsável da Biblioteca Municipal de Cascais e criador da sua unidade itinerante, 1943-1960; activista das bibliotecas itinerantes, com propaganda na imprensa de referência, sobretudo em 1953) e de Quadros (divulgador das bibliotecas e da acção cultural das casas do povo enquanto assistente cultural da Junta Central das Casas do Povo nos anos 40-50; membro da Campanha Nacional de Educação de Adultos nos anos 50). A influência de Branquinho da Fonseca é também importante pela sua ligação ao segundo modernismo cultural (marcado pela revista *Presença*), a qual sustenta a sua vontade de actualizar e reforçar a oferta bibliotecária e a divulgação crítica (v. o órgão impresso) para o público português, abrindo espaço a diversas correntes estéticas e culturais, desse modo conferindo-lhes maior autoridade e legitimação (v. Melo, 2002, pp. 319-323).

## REFLEXÃO FINAL

A construção de uma estrutura de leitura pública em Portugal foi obra pioneira de uma instituição da sociedade civil, a Fundação Calouste Gulbenkian.

Apesar do contexto político adverso, com um Estado central avesso a responsabilidades na promoção cultural, a FCG soube usar o seu estatuto jurídico-institucional de excepção para colmatar as graves lacunas existentes no sector da leitura pública. Para tal contribuiu a escolha de Branquinho da Fonseca, o qual demonstrou grande preparação e sensibilidade para erguer uma estrutura de âmbito nacional, coordenada centralmente por um departamento específico. Os seus sucessores prosseguiram esse legado, consolidando uma política inovadora no país.

Grande parte do sucesso do projecto de leitura pública da FCG remete para a sua articulação com outras entidades (sobretudo os municípios, mas também o associativismo livre, etc.). Esta articulação facilitou a difusão paulatina da estrutura bibliotecária pelo espaço metropolitano português. Além disso, esta ligação a muitas outras entidades possibilitou a progressiva neutralização das resistências e das perseguições sociais e políticas, que se

verificaram sobretudo no início da colocação das bibliotecas no terreno. Não conseguiram, contudo, evitar a vigilância e perseguição exercidas pela polícia política aos funcionários das bibliotecas da FCG.

Num primeiro momento a FCG apostou num plano de educação popular pós-escolar (concebido sobretudo para os adultos) dirigido a um espaço geográfico supostamente mais desfavorecido culturalmente, que era o das zonas interiores e rurais do continente, Madeira e Açores. A necessidade de instalar unidades fixas e postos de leitura, devido à incapacidade de atender convenientemente o público leitor apenas com unidades itinerantes, levou a um maior equilíbrio na distribuição da sua actividade não só em termos de composição sócio-profissional dos seus utentes, como do próprio espaço geográfico abarcado. Mas a complementaridade entre bibliotecas itinerantes e fixas nunca foi totalmente bem sucedida, o que se deveu à inversão do nexo biblioteconómico (as unidades fixas é que deviam ter vindo primeiro), à extrema complexidade logística e institucional e à própria configuração geo-demográfica adversa do país, pulverizado que estava em mil e uma aldeias atrás dos montes. Eventualmente, faltaria também um maior investimento que viabilizasse a existência de um serviço mais tentacular, diversificado, actualizado e prolongado no tempo.

Apesar e por causa do grande sucesso da estrutura da FGC, a sua administração começou a querer extinguir o departamento específico no início da década de 1970, pois considerava o encargo muito oneroso e dispensável num contexto de suposta afirmação de uma alternativa estatal. Todavia, três factores principais levaram a que subsistisse o programa da FCG: (1) a revolução de 1974, devido ao alheamento do Estado (que entra então em grave crise) e à pressão social pró-democratização cultural; (2) a debilidade de muitos municípios, os quais, embora se reforcem como interlocutores quase únicos da FCG, necessitavam de apoio desta e do Estado central para consolidarem as suas bibliotecas municipais; (3) o interesse em alargar a estrutura ao maior número possível de municípios, incluindo os das regiões autónomas, aonde o projecto de leitura pública do Estado central (definido em 1987) não chegaria inicialmente.

O SBAL foi extinto em 2002, embora os segundo e terceiro factores permanecessem válidos e, por isso, a FCG pudesse ter persistido neste sector com um projecto assente na complementaridade e na dinamização cultural, possibilitando que as bibliotecas municipais se consolidassem como centros polivalentes de cultura.

**BIBLIOGRAFIA CITADA**

CALDAS, Aníbal (1984), «25 anos depois», in *Boletim Cultural,* VI série, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 2, Junho, pp. 55-56.

CAMPANÁRIO, Manuel (1984), «Madeira[:] o livro por cima das montanhas», in *Boletim Cultural,* VI série, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 2, Junho, pp. 47-49.

CARRIÓN GÚTIEZ, Manuel (1993), *Manual de Bibliotecas,* Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide.

COELHO, Alexandra Lucas (2003), «Apoio às bibliotecas por concurso», in *Público,* Lisboa, 21 de Fevereiro.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito (1990 [1985]), *Historia de las Bibliotecas,* 3.ª ed. corr., rev. e amp., Salamanca/Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide.

FCG (imp. 1961), *Relatório do Presidente. 20 de Julho de 1955-31 de Dezembro de 1959,* Lisboa, FCG.

FCG (imp. 1983), *Fundação Calouste Gulbenkian, 1956-1981. 25 Anos,* Lisboa, FCG.

[FCG] (1994), *Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura,* Lisboa, SBAL-FCG.

FERREIRA, David Mourão (1985), «Editorial», in *Boletim Cultural,* VI série, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 4, Fevereiro, pp. 3-4.

[FONSECA], [Branquinho da] (s. d.), «Breve justificação das bibliotecas itinerantes e algumas informações acerca do seu funcionamento», s. l., s. n., relatório dactilografado.

FONSECA, Lilia da (1972), «Postal de Lisboa», in *A Província de Angola,* Luanda, 4 de Dezembro.

FORT, António José (1984), «Recordar», in *Boletim Cultural,* VI série, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 2, Junho, p. 52.

FRANCISCO, José do Carmo (1996), «António José Forte [e] o padre que não queria livros em 1960», in *Ler. Livros & Leitores,* Lisboa, Círculo de Leitores, n.º 33, Inverno, p. 126.

FUNDAÇÃO GULBENKIAN[:] subsídios[,] dotações e iniciativas no segundo semestre de 1961 (1962), in *Diário de Notícias*, Lisboa, 6 de Fevereiro.

GOMES, Marie Odile (1990), *Les bibliothèques municipales portugaises: développement d'un réseau de lecture publique,* Grenoble, École Nationale Supérieure de Bibliothécaires da Université des Sciences Sociales Grenoble II, tese de licenciatura.

GOMES, Marie Odile (1992), «Le Portugal», *in* Martine Poulain (dir.), *Les bibliothèques publiques en Europe,* Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, pp. 309-329.

LAZZARI, Giovanni (1985), *Libri e popolo. Politica della biblioteca pubblica in Italia dall'Unità ad oggi,* Nápoles, Liguori editore.

MELO, Daniel (2002), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987),* Lisboa, ISCTE, tese de doutoramento.

MELO, Daniel (2004), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987,* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MOURA, Maria José (coord.) (1986), *Leitura Pública. Rede de Bibliotecas Municipais. Relatório,* Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, texto policopiado.

«Possível transferência das bibliotecas da Gulbenkian para os serviços oficiais» (1973), in *República,* Lisboa, 10 de Dezembro.

ROCHA, Natércia (1984), «Os prémios Gulbenkian de literatura para crianças», in *Boletim Cultural,* VI série, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 2, Junho, p. 58-60.

SANTOS, Alexandre Graça dos (1984), «Da obstrução à aceitação do livro», in *Boletim Cultural,* VI série, Lisboa, SBIF-FCG, n.º 2, Junho, pp. 53-54.

TAVONI, Maria Gioia (1993), «Disomogeneità del paesaggio bibliotecario», *in* Simonetta Soldani e Gabriele Turi (dirs.), *Fare gli italiani. Scuola e cultura nell'Italia contemporanea,* Bolonha, Il Mulino, vol. 2, pp. 169-209.

TRANIELLO, Paolo (1997), *La biblioteca pubblica. Storia di un istituto nell'Europa contemporanea,* Bolonha, Il Mulino.